

Entrevista: Para **Anselmo Borges**, padre e professor de Filosofia, o grande mérito do encontro entre o Papa e os presidentes das conferências episcopais, desta quinta-feira até domingo [21 a 24 de março], em Roma, será forçar os bispos a tomarem consciência da gravidade dos abusos sexuais de menores.



Foto Adriano Miranda

“O celibato obrigatório não faz sentido”

ANSELMO BORGES, padre e professor de filosofia da Universidade de Coimbra, não espera grandes anúncios do encontro entre o Papa e os presidentes das conferências episcopais do mundo inteiro, mas diz acalentar a esperança de ver os candidatos a padres sujeitos a um escrutínio psicológico e formados fora dos seminários. A ordenação de mulheres e de homens casados e o fim do celibato obrigatório – defende ainda – são imprescindíveis.

Criaram-se muitas expectativas relativamente a este encontro, num contexto em que a Igreja está fragilizada. O que poderá, na sua opinião, sair deste encontro?

Não vai sair nada de estrondoso para a opinião pública, porque, fundamentalmente, o objectivo do Papa Francisco com esta convocação é forçar uma tomada de consciência desta chaga na Igreja que não se imaginava fosse uma chaga tão extensa e vergonhosa. Eu não conheço condenação mais contundente e mais funda da pedofilia e do abuso de crianças do que a condenação de Jesus no Evangelho: “Deixai vir a mim as criancinhas”. Mas imediatamente a seguir, Jesus disse: “Ai de quem escandalizar uma criança. Era preferível atar-lhe a mó de um moinho ao pescoço e lançá-lo ao fundo do mar”. É uma condenação terrível. E aconteceu este número ainda por determinar de casos de abusos e com este requinte brutal que é, aliás, um requinte com duas faces: abusava-se das crianças e depois (há relatórios disso) dizia-se-lhes que não dissessem a ninguém porque isso era pecado. Isso é abusar da consciência. É verdadeiramente inqualificável. Por outro lado, os bispos que tinham obrigação de atender às vítimas atenderam muito mais à salvaguarda da instituição, e por isso mesmo encobriram os abusos e os seus autores. Sei que o número de pedófilos é maior e muito mais extenso nas famílias, mas isso não me tranquiliza em relação à Igreja, porque as pessoas confiavam na Igreja e houve aqui uma traição a essa confiança. E neste momento a Igreja está profundamente fragilizada e descredibilizada. Portanto, este encontro é para que a Igreja toda, e também os fiéis, tomem consciência desta chaga, desta verdadeira tragédia. Em relação às medidas a tomar e à condenação canónica, o Código de Direito Canónico já foi renovado neste sentido da pedofilia. E, tratando-se ao mesmo tempo de um pecado e de um crime, é preciso colaborar com a justiça civil. Agora, evidentemente, também é preciso dar garantias reais de defesa àqueles que são acusados.

O Papa já pediu reiteradamente perdão por estes abusos. Acha que ele terá condições para ser mais efectivo no sancionamento destes comportamentos?

Ainda hoje uma alta figura política me dizia ‘Este Papa é um milagre’. Francisco acaba de reduzir ao estado laical o ex-cardeal Theodore McCarrick, dando assim um sinal claro de que a tolerância zero para a pedofilia por parte do clero é a sério. Ele faz o que pode. E vai haver testemunhos, aliás, esta cimeira vai começar ouvindo testemunhos das vítimas. E quem as ouve percebe que aquilo é horrível, impressionante. Portanto, aqueles presidentes das conferências episcopais e, através deles, aqueles bispos que ainda não tomaram consciência

desta tragédia, despertarão. E isso é uma grande vantagem. Aliás, este encontro global anti-abusos centrar-se-á, segundo um dos responsáveis, o cardeal Blase J. Cupich, arcebispo de Chicago, na "responsabilidade, prestação de contas e transparência", para "enfrentar o monstro" da pedofilia clerical.

Um dos méritos deste encontro é o Papa obrigar os bispos a confrontarem-se com a gravidade destes abusos?

Precisamente. Porque, se as pessoas tivessem tomado verdadeiramente consciência, não tinham feito o encobrimento dos casos. Repare: entre as crianças abusadas e a instituição, preferiram defender a instituição. Isso é próprio de gente que tem pouca consciência da gravidade da situação. E julgo que, ao tomarem consciência da gravidade, também tomarão consciência daquilo que é preciso fazer em ordem às vítimas: apoiá-las psicologicamente, terapeuticamente, espiritualmente, e, eventualmente, também materialmente.

Neste contexto, que comentário lhe merece a postura da Conferência Episcopal Portuguesa?

Acho que também os bispos portugueses, devido à pressão da opinião pública e a esta posição de "tolerância zero" do Papa, estão neste momento abertos a receber as vítimas que denunciem.

O Observador, num trabalho sobre o vice-reitor do seminário do Fundão, condenado em 2013 a dez anos de prisão por abusar de menores, recordava os testemunhos dos pais das vítimas. E estes acusavam o facto de não só não terem tido apoio por parte da Igreja como, ao contrário, os fizeram a Igreja os fez sentirem-se culpados pelo facto de terem exposto o caso.

Acabei de lhe dizer que não havia consciência suficiente por parte da hierarquia da Igreja. E que, através deste encontro, espera-se que haja essa tomada de consciência da gravidade da situação. E há ainda uma outra coisa que julgo extremamente positiva que pode derivar desta cimeira: é preciso estar atento aos candidatos a padres, concretamente num tempo em que a oferta e a procura são muito desequilibradas. Isto de ser padre é uma responsabilidade gigantesca, um padre lida com a vida das pessoas e, no limite, até com a intimidade das pessoas, na confissão.

Está a falar da necessidade de haver escrutínio psicológico entre os candidatos a padres?

Os candidatos a padres deviam ser sujeitos a um escrutínio psicológico através de peritos qualificados de saúde mental. É muito importante, isso. Acho que a tomada de consciência de que estamos a falar deveria levar a isso. E a formação dos candidatos a padre tem de ser outra, com a presença de mulheres também. Tem de ser em espaço aberto, por exemplo, em paróquias; indo às aulas e à universidade, mas vivendo em paróquias.

Acabando-se com os seminários?

Um seminário seria um lugar onde se reuniam para alguma formação mais direccionada, comunitária, se quiser. O tipo de seminário que nós temos que é o seminário tridentino prestou o seu serviço mas hoje julgo que deve ser repensado.

O porta-voz da CEP referiu-se à dezena de casos de abusos cometidos em Portugal considerando que são poucos e que, como tal e dadas as diretrizes aprovadas de 2012, não se impõe que se faça um levantamento nacional. Concorda?

Eu penso que tem de haver mais colaboração também da parte de Roma. E que os arquivos deviam ser abertos para saber o que realmente se passou. Não sou favorável a este “goteio” com que nos chega o conhecimento dos casos: agora são os Estados Unidos, depois a África do Sul, depois a Escócia... Devia haver uma abertura dos arquivos e mais colaboração por parte do Vaticano, porque muitos casos devem ter ficado por lá arquivados, pura e simplesmente.

Mas a ideia que a CEP tem defendido é que aqui o problema não se põe e que não teve em momento nenhum a gravidade do que se revestiu lá fora.

Neste momento, o próprio Papa diz que quem tiver conhecimento deve denunciar. E o cardeal [de Lisboa, D. Manuel Clemente] disse que está acolhedor e receptivo e que dialogará com as vítimas que se apresentarem. O que se pode fazer mais? Estou convicto de que ele o diz sinceramente. Agora se há vítimas que têm muita dificuldade em expressar-se? Compreendo, é difícil, porque o sofrimento foi demasiado intenso para estarem a abrir outra vez a ferida.



Papa exige às dioceses que não tentem encobrir casos de pedofilia

Pode-se ir ao encontro dessas vítimas e perguntar de que ajuda precisam.

Mas se elas não aparecem!

As vítimas do Fundão, por exemplo, a Igreja sabe quem são.

Isso devia ser feito, evidentemente. Onde as vítimas são conhecidas, isso devia ser feito. Como digo, esta tomada de consciência é também para que se vá ao encontro das vítimas com o apoio psicológico, terapêutico, espiritual e até material, no limite.

Confia que a Igreja em Portugal está a dar resposta cabal e capaz aos casos de abuso sexual de menores eventualmente cometidos por membros da Igreja?

Sou-lhe absolutamente sincero: desconheço. Agora, parece-me que dificilmente os bispos escapariam ao apoio a vítimas e a famílias que aparecessem. Até porque há a pressão social e a dos média.

Tem falado da possibilidade de, no sínodo da Amazónia, marcado para Outubro, se avançar para a ordenação de homens casados. Mas o Papa veio recentemente esclarecer que, no que a ele lhe diz respeito, o celibato é para manter.

Sinceramente, não compreendo. Ouça, é uma questão de tempo. Com que fundamento se insiste no celibato? Já escrevi, citando um grande sociólogo, Javier Elzo, professor numa universidade jesuíta, que 80% ou mais do clero, padres e bispos, em África estão a ter uma vida sexual aberta. Não esqueçamos que Jesus entregou o celibato a uma opção, à liberdade; portanto, a Igreja não pode impor isso como lei. E o abuso das freiras que agora o Papa também denunciou é a prova de que o celibato leva a vidas duplas. Porque é que não se faz um inquérito secreto aos padres sobre a sua vida sexual, para saber o que se passa, o que é que eles querem? Seria muito interessante. Como a recusa da ordenação das mulheres, o celibato não faz sentido. Jesus tinha discípulos e discípulas. A Igreja não pode continuar misógina nem machista. Onde é que está que as mulheres não podem presidir à Eucaristia? O cardeal D. José Policarpo chegou a dizer isto, simplesmente foi chamado ao Vaticano. A Igreja tem um passo excessivamente lento, ela chega lá, mas sempre tarde.

Fica-se com a sensação de que há sinais contraditórios da parte do Papa. E, por outro lado, avançar-se com a ordenação de homens casados é ainda diferente do fim do celibato.

A Igreja avança muito lentamente. O papa Francisco tem inimigos poderosos. E, portanto, ele terá medo de criar uma ruptura dentro da Igreja, um cisma.

O que é que, no seu entender, se seguirá a este encontro?

A cimeira termina no domingo, com um discurso conclusivo do papa Francisco, a clarificar que os abusos são um mal “não negociável”. Depois, a partir das respostas aos inquéritos preparatórios enviados às conferências episcopais (90% responderam) e dos trabalhos durante o encontro, a comissão organizadora da cimeira reunir-se-á para analisar as propostas apresentadas e aprofundar um plano de acção para levá-las à prática nos diferentes níveis da Igreja. E julgo que uma cimeira como esta, com a representatividade que tem a nível global, poderia ser um ponto de partida para um sínodo verdadeiramente representativo da Igreja universal para, em reuniões periódicas, tratar dos problemas da Igreja. E porque não ser a assembleia que elegeria o novo Papa, acabando com a eleição papal restringida aos cardeais?

Ler mais

- [Papa Francisco cria novo tribunal para crimes de pedofilia](#)
- [Numa década, Vaticano afastou 848 padres pedófilos](#)
- [Papa exclui dois cardeais do seu grupo de conselheiros devido a escândalos sexuais](#)

[Natália Faria](#), Jornalista

In **Público**, 21 de Fevereiro de 2019

<https://www.publico.pt/autor/natalia-faria#gs.rdScTw6r>

Cimeira global histórica antiabusos



1. Não conheço condenação mais dura e funda da pedofilia do que estas palavras de Jesus no Evangelho: "Deixai vir a mim as criancinhas", e é preciso tornar-se como uma criança, "para entrar no Reino dos Céus", porque elas são simples, inocentes, não discriminam. Imediatamente a seguir Jesus diz: "Ai de quem escandalizar uma criança. Era melhor atar-lhe a mó de um moinho ao pescoço e lançá-lo ao fundo do mar." Não se pode fazer mal às crianças: elas são inocentes, elas não fazem mal (é esse o sentido de inocente, a partir do verbo *nocere*: causar dano, fazer mal, com o prefixo negativo *in*).

É assim para todos e sempre. Mas isso vale de modo especial para a Igreja. E o que é que se passou, desgraçadamente? Foram milhares de menores e pessoas vulneráveis que foram abusados. Mesmo sabendo que o número de pedófilos é muito superior na família e noutras instituições, a

gravidade da situação na Igreja é mais dramática. Por várias razões: as pessoas confiavam na Igreja quase sem condições, o que significa que houve uma traição a essa confiança, e o clero e os religiosos têm responsabilidades especiais. O mais execrável: abusou-se e, a seguir, ameaçou-se as crianças para que mantivessem silêncio, pois, de outro modo, cometiam pecado e até poderiam ir para o inferno. Isto é monstruoso, o cume da perversão. E houve bispos, superiores maiores, cardeais, que encobriram, pois preferiram salvaguardar a instituição Igreja, quando a sua obrigação é proteger as pessoas, mais ainda quando as vítimas são crianças. O Papa Francisco chamou a esta situação "abusos sexuais, de poder e de consciência". Também diz, com razão, que a base é o "clericalismo", julgar-se numa situação de superioridade sagrada e, por isso, intocável. Neste

abismo, onde é que está a superioridade do exemplo, a única que é legítimo reclamar?

2. Não se sabe há quanto tempo dura esta miséria, este colapso moral. Felizmente, há hoje um alerta da opinião pública e, por isso, Francisco, em vez de condenar ou atribuir outras intenções aos meios de comunicação social, agradece, pois foi o meio para que também a Igreja acordasse do seu sono sacrílego.

E, aí, Francisco tomou uma iniciativa inédita e histórica, convocando uma Cimeira para o Vaticano, que começou no passado dia 21 e conclui hoje, domingo. Quem participa? São 190 os participantes, entre os quais 114 presidentes das Conferências Episcopais de todo o mundo, bispos representando as igrejas católicas orientais, alguns membros da Cúria, representantes dos superiores e das superiores gerais de ordens e congregações religiosas, masculinas e femininas, alguns peritos e leigos.

O Papa quer, em primeiro lugar, que se tome consciência da situação e do sofrimento incomensurável causado, que fica para a vida. E que se tome medidas concretas, de tal modo que se possa constatar um antes e um depois desta Cimeira verdadeiramente global e representativa da Igreja universal e nos seus vários níveis.

Os três dias estiveram sob o lema tríplice: "responsabilidade", "prestação de contas", "transparência". Que o Papa quer - não se trata de mero desejo - implantar "tolerância zero" para a pedofilia na Igreja mostra-o bem o sinal inequívoco da redução ao estado laical do ex-cardeal Theodore McCarrick, antigo arcebispo de Washington.

3. Como previsto, no primeiro dia, os participantes foram confrontados com testemunhos de cinco vítimas. Houve dois que foram particularmente marcantes. Uma das vítimas deixou este clamor: "Vós transformastes-vos em assassinos das almas e em assassinos da fé. Que contradição mais ignominiosa. Não podemos continuar com este crime de encobrir esta chaga dos abusos sexuais na Igreja." Arrepiante foi o testemunho de uma mulher africana, que recordou que manteve relações sexuais com um padre desde os 15 anos. "Tinha medo dele, sempre que me negava a ter relações com ele, batia-me." Dependia totalmente dele economicamente. Não usava preservativo e proibia-a a ela de usar anticonceptivos. "Isto durou treze anos seguidos. Fiquei grávida três vezes, obrigou-me três vezes a abortar."

As propostas e as medidas concretas foram surgindo, a maior parte delas retomando o que já se é obrigado a fazer segundo a lei canónica e civil, pois é preciso "informar as autoridades civis e as autoridades eclesíásticas superiores em conformidade com as normas civis e canónicas", para salvaguardar a protecção dos menores. Os abusos são um pecado e um crime e, por isso, os abusadores "têm de prestar contas às autoridades civis", tem de haver colaboração com a justiça civil. "Implementar procedimentos partilhados para o exame das acusações, a protecção das vítimas e o direito de defesa dos acusados". "Observar o tradicional princípio da proporcionalidade da pena em relação ao delito cometido. Deliberar que os sacerdotes e bispos culpados de abuso sexual de menores abandonem o ministério público". As vítimas devem

ser acompanhadas e protegidas com apoio psicológico, terapêutico, espiritual, eventualmente material-económico. Também os abusadores condenados, que, na minha opinião, serão excluídos do sacerdócio, devem receber apoio, pois não podem ser pura e simplesmente abandonados. Evidentemente, é necessário salvaguardar o princípio da presunção de inocência até que se prove a culpabilidade do acusado: este princípio da presunção de inocência também é válido para o clero.

"Estabelecer disposições que regulem e facilitem a participação de peritos leigos nas investigações e nos diferentes graus de julgamento dos processos canónicos referentes aos abusos sexuais e/ou de poder." "Formular códigos de conduta obrigatórios para todos os clérigos, os religiosos, o pessoal de serviço e os voluntários, para estabelecer os limites apropriados nas relações pessoais." Propõe-se uma "avaliação psicológica por peritos qualificados" dos candidatos ao sacerdócio e à vida consagrada.

4. Pessoalmente, regozijo-me com esta avaliação. Na minha opinião, os candidatos a padres deveriam eles próprios submeter-se a um escrutínio psicológico através de peritos qualificados, acreditados, de saúde mental.

Por outro lado, embora reconheça que se não pode estabelecer um nexo causal entre o celibato e os abusos sexuais, penso que, mais tarde ou mais cedo, será necessário acabar com a lei do celibato obrigatório e caminhar para o celibato opcional: Jesus entregou o celibato à liberdade. Também penso que os candidatos ao sacerdócio deverão viver em paróquias,

comunidades abertas, fazendo a sua preparação académica em faculdades de Teologia (o Seminário serviria para alguns encontros de formação específica e comunitária...). O actual modelo de Seminário, que vem do Concílio de Trento e que prestou grandes serviços, já se não adequa aos tempos actuais. Aliás, estou convicto de que já em Outubro próximo, no Sínodo sobre a Amazónia, se abrirá a porta para a ordenação de homens casados. E não há razão nenhuma teológica que impeça a ordenação de mulheres.

5. Quando escrevo, a cimeira ainda decorre. Perguntam-me se os ultraconservadores terão força para obstruir medidas que têm de ser tomadas num "plano de acção comum", como propôs o cardeal Sean O'Malley, arcebispo de Boston e presidente da Comissão para a Defesa de Menores do Vaticano. Não creio de modo nenhum, pois é a própria credibilidade da Igreja e do Evangelho que está em jogo: a Igreja terá de ser o espaço garantido de segurança para os menores. Também para que uma Igreja credibilizada possa dar o seu contributo decisivo para que as crianças todas possam crescer e desenvolver-se sem perigos nas famílias e em tantas outras instituições que, entretanto, têm passado imunes à crítica e às penas. É preciso "enfrentar o monstro" da pedofilia clerical, exigiu o cardeal J. Cupich, arcebispo de Chicago e um dos responsáveis pela organização desta cimeira. Enfrentar o monstro da pedofilia na Igreja e em toda a parte.

Anselmo Borges.

Padre e professor de Filosofia.

Escreve de acordo com a antiga ortografia